

A Assembleia Geral da Associação Nacional de Sargentos reúne-se em 20 de Abril, em Lisboa, para votar na especialidade o Regulamento Interno da organização.

O projecto de Regulamento Interno já foi aprovado na generalidade em assembleia anterior e é agora submetido à votação na especialidade contendo as

A ANS vai aprofundar a sua implantação em todo o País. Os instrumentos para concretizar estes objectivos estão contemplados no Regulamento Interno da Organização que a Assembleia Geral vai votar em Abril.

As comissões permanentes de ramo terão a função de promover, ao nível do respectivo ramo, os objectivos da ANS, acompanhar e promover a situação social dos associados, nomeadamente com actividades cívicas.

O delegado associativo será o elemento de dinamização e coordenação da actividade da ANS junto dos associados.

ANS QUER ESTAR EM TODO O PAÍS

alterações propostas na altura.

O documento é um passo decisivo para a generalizar a implantação efectiva da Associação ao nível regional em todo o País. O projecto contempla uma estrutura descentralizada para a ANS com a criação de delegações regionais, comissões permanentes de ramo e a designação de

delegados associativos.

As delegações regionais terão a competência de executar, a nível regional, os objectivos nacionais da Associação e desenvolver acções e iniciativas com vista à divulgação da ANS e que visem a dignificação social, cultural e profissional dos associados.

Compete-lhe estabelecer, manter e desenvolver o contacto permanente entre os sócios e a ANS, manter os sócios informados da actividade e estimular a sua participação na vida da Associação. Entre outras atribuições, compete-lhe ainda levar até às instâncias da ANS os problemas que afectem qualquer sócio.

MENSAGEM AOS NOVOS SARGENTOS

A Associação Nacional de Sargentos dirigiu aos futuros sargentos a seguinte mensagem que aqui reproduzimos na íntegra.

«A Associação Nacional de Sargentos - ANS, dirige a todos quantos brevemente ingressarão na classe um abraço de amizade e solidariedade.

Pelo papel determinante que a classe tem no plano profissional;

Pela história que a envolve;

Pelos valores - justiça, dignidade e verdade - que responsabilmente têm sido ao longo de gerações fonte inspiradora e motora da iniciativa da classe.

Ser sargento é uma honra.

Muitos são os problemas com que se

debate a classe - formação e actualização técnico-profissional, condições para um exercício profissional pleno; regalias de ordem social; subsídios desactualizados; ausência de perspectivas claras de progressão na carreira, etc.

Estais prestes a ingressar na classe e desde logo sois confrontados com o absurdo de ter de comprar a farda para ser sargento.

A ANS tem vindo a chamar a atenção para os problemas da classe. Embora jovem, a ANS contém nos seus valores e na sua acção o sentido da História.

O diálogo com vista a serem encontradas as melhores soluções continua a ser por nós considerado fundamental e lamentamos que esta nossa pretensão não seja considerada.

Acreditamos que os anos 90 serão anos de dignificação.



Com o mesmo empenhamento e responsabilidade, reforçados com a tua presença, seguiremos na prossecução dos objectivos de dignificação e justiça. Contamos contigo.»

TABLÓIDE

Ainda não é possível editar «O SARGENTO» em formato «tablóide». Este objectivo do jornal, que traduz a vontade da classe, não se pode concretizar nesta edição porque requer um esforço financeiro impossível de suportar nesta fase da vida de «O SARGENTO».

O SARGENTO JORNAL BIMESTRAL

QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE PELO PRAZO DE 1 ANO

- Continente (500\$00)
 Regiões Autónomas (600\$00)
 Europa (700\$00)
 Macau (80\$00)
 Guiné, Angola e Moçambique (800\$00)
 Outros Países (800\$00)

Forma de pagamento: Cheque Vale postal

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Código Postal _____

MARÇO/ABRIL 91

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS • DIRECTOR ARMANDO PARREIRA • PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

EDITORIAL

Reiniciando uma nova etapa ao serviço da classe de sargentos, em vésperas do século XXI, quando uma mudança histórica se desenvolve no campo da informação, com primazia para os audiovisuais, o «O SARGENTO» cumpre os seus cento e três anos de vida com um interregno de cem anos.

Num mundo que atravessa crises como as que hoje nos afectam, as comemorações e datas históricas não têm sentido nenhum quando se desligam das necessidades sociais da actualidade e das razoáveis previsões para o futuro.

Somos de opinião de que a imprensa deve ter uma função também organizadora, reforçada dia-a-dia no espírito da nossa época.

Entendemos que o leitor espera de um jornal que ele seja o amigo sereno, um confidente informado e verdadeiro, documentado. O conselheiro responsável, o companheiro tanto para os dias de esperança como para as horas de preocupação.

Quanto ao editor, ele deve sentir-se muito indentificado com os anseios do leitor.

Para alcançar estes objectivos, a equipa de «O SARGENTO» irá desenvolver constantemente um trabalho com vista ao seu próprio progresso profissional, a uma maior dignificação da classe.

Os problemas serão abordados com objectividade e com alta responsabilidade cívica. Haverá uma atitude crítica para com as deficiências. Críticas de princípio e construtivas das deficiências e falhas. Daremos grande cobertura à experiência acumulada.

Assim, cremos sinceramente, que deste modo iremos converter um dos mais antigos jornais do País num dos mais modernos.

Não se tratará de o ser no campo tecnológico. Um jornal moderno tem de se afrontar com a evolução do nosso mundo, marcada por acontecimentos e transformações de alcance diverso e por tendências gerais que nos afectam particularmente. Um jornal moderno tem de cumprir eficientemente as funções informativas e de orientação que a sociedade lhe pede e lhe exige.

A comemoração histórica do interregno deste jornal, a sua reposição na liça social dos sargentos, é pois mais uma nova ocasião para consolidar o compromisso do «O SARGENTO» com os sargentos de então, de agora e do futuro.

A vontade comum de todos quantos fazemos e lemos o «O SARGENTO» é a força que irá dar vida prolongada a este jornal.

A INJUSTIÇA DOS ESCALÕES

Os militares afirmam que o sistema de Escalões produz distorções e injustiças nos seus vencimentos. A ANS levou a questão ao Provedor de Justiça e à Comissão Parlamentar de Defesa.

O Ministro da Defesa Nacional divulgou que «antes da aprovação dos critérios» a instituição militar foi devidamente consultada «através dos canais competentes», mas, hoje, as chefias concordam com a necessidade de corrigir o sistema de Escalões.

PÁG. 2 e 3

MILITARES ABDICAM DO FUNDO DE PENSÕES

O Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas pode «falir» por falta de interessados. Os militares estão a desistir da sua participação porque não há garantia de que serão recompensados pelo dinheiro que descontam para o fundo.

PÁG. 5

COMEMORAÇÕES DO 31 DE JANEIRO

As principais cerimónias para a comemoração do Centenário da Revolta de 31 de Janeiro de 1891 decorreram no Porto. Em Lisboa, a Assembleia da República comemorou a data com uma sessão solene. A ANS reiterou o anseio de o 31 de Janeiro ser consagrado o Dia Nacional dos Sargentos, numa mensagem aos Grupos Parlamentares.

PÁG. 7

A ANS VAI FORTALECER IMPLANTAÇÃO

A Assembleia Geral da ANS reúne-se em 20 de Abril para votar o Regulamento Interno, onde estão contemplados os instrumentos para fortalecer a implantação da organização em todo o País e um mais próximo acompanhamento dos problemas dos associados e da classe.

PÁG. 12

Cartas a

«O SARGENTO»

«O SARGENTO» quer manter com os seus leitores uma relação dinâmica, activa de parte a parte. Por isso não podíamos deixar de reservar um espaço para publicar os textos, fotografias e desenhos que para o efeito nos queiram enviar.

Os temas ficam ao critério dos leitores. Por exemplo, podem referir-se a problemas sócio-profissionais, ao encontro-convívio ou a actividades desportivas, entre muitos outros, e os textos podem vir acompanhados por fotos ou desenhos que os ilustrem.

A morada de «O SARGENTO» é:
Rua da Madalena, 125 - 3.ª - 1100 LISBOA - TEL. 876968

Veja lá sr. Doutor...

I
VEJA LÁ SR. DOUTOR
SE TEM ALGUM CABIMENTO
COM UM POSTO SUPERIOR
TER MENOR VENCIMENTO

II
COMO É QUE PODE SER
EM CURSO QUE VÁ TIRAR
TER DE ME BATER
PELO ÚLTIMO LUGAR

III
TANTOS ANOS A TRABALHAR
SER MILITAR NÃO É RAZÃO
NÃO NOS QUEREM RESPEITAR
... DÃO-NOS INFERIOR ESCALÃO

IV
EXPOSIÇÃO PERTINENTE
DIZ O CHEFE AO DESPACHAR
RAZÃO, NÃO É SUFICIENTE
P'RO DECRETO REVOGAR

V
SENHORES DE GRANDE CIÊNCIA
SEGUROS DO SEU SABER
MANDAM-NOS TER PACIÊNCIA
POR TÃO POUCO RECEBER

UM SARGENTO

FORAM DESBLOQUEADOS MAIS DOIS ESCALÕES

Dois novos escalões de vencimentos dos militares vão ser desbloqueados com efeitos desde um de Janeiro deste ano. Ao abrigo deste desbloqueamento, os militares que tenham entre três e 11 anos de permanência no posto progredem um escalão e os que tenham mais de 11 anos de posto progredem dois.

O diploma que regulamenta este desbloqueamento de escalões pretende ainda sustentar as anomalias e inversões provocadas pelo primeiro desbloqueamento e evitar aumentar e piorar essas situações.

ESCALÕES E CONTRADIÇÕES

Decididamente, os escalões são mesmo geradores de contradições, não só nos vencimentos dos militares. Senão repare-se nas declarações do Ministro da Defesa Nacional ao «Anais do Clube Militar Naval» e num despacho do Superintendente dos Serviços de Pessoal da Armada que reproduzimos.

ENTREVISTA COM O MINISTRO DA DEFESA NACIONAL

MDN - 8. ESCALÕES - Importa distinguir em primeiro lugar entre, por um lado, a disciplina e a hierarquia vigentes na instituição militar; e, por outro, os níveis remuneratórios. Se bem que a escala salarial tenha uma estreita correspondência com os postos, a relação não pode, todavia, ser absoluta.

Trata-se de matéria sobre a qual foi, através dos canais competentes, devidamente consultada a instituição militar, antes da aprovação dos critérios do novo sistema retributivo para as Forças Armadas.

E a resposta unânime foi a de que este era o melhor método para ir ao encontro das actuais necessidades da organização.

A reestruturação das Forças Armadas e a consequente revisão legislativa são questões que merecem um debate nacional mas o governo avança sozinho e está a legislar dispersamente sobre a matéria. Espera-se que no fim toda a cadeia legislativa tenha o seu sentido. Duvida-se é que nessa altura exista harmonia porque entretanto não se procura o consenso.

A necessidade de reestruturação das forças Armadas e consequente revisão legislativa é uma questão de consenso. Claro que tal matéria, pela importância que tem, deveria ser objecto de um debate nacional e institucional o mais amplo possível.

Se assim fosse, impunha-se começar pela elaboração de um novo conceito estratégico de defesa nacional, militar, sistema de forças, dispositivo, missões, bem como a revisão da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA)

harmonia final se entretanto falta o consenso?

Assim é com o processo dos Estatutos dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), o qual, dada a contestação que mereceu, foi chamado para ratificação pela Assembleia da República.

Ainda os Estatutos andavam a ro-

tado-Maior do Exército, general Loureiro dos Santos, manifestou preferência por um período de SMO de oito meses.

Agora o Ministro da Defesa Nacional fala da Lei de Bases da Organização das Forças Armadas.

Tanto quanto é dado a perceber pela leitura da Lei de Defesa Nacional e das



DEFESA E FORÇAS ARMADAS REQUEREM DEBATE NACIONAL

e demais legislação daí resultante.

O Governo não entendeu assim e está a seguir um método de reestruturação que condiciona e limita uma discussão responsável e ampla a que tal matéria deve obedecer. Tal método consiste em tomar iniciativas de legislação dispersas, como peças de um «puzzle».

Acreditamos que o Ministro da Defesa Nacional tenha no seu gabinete, por ordem, toda a cadeia legislativa que tem sido apresentada sem sequência e, no fim, tudo se encaixe. Mas qual será a

dopiar e já o Ministro da Defesa Nacional anunciava a redução de Serviço Militar Obrigatório (SMO) para quatro meses. Entretanto, o Governo elaborou um Projecto de Revisão da Lei do Serviço Militar que insiste nos quatro meses, mas só para 1993 e abre a possibilidade de o serviço militar ir até aos 12 meses. Importa agora verificar se tal projecto não altera o princípio constitucional do SMO como base orgânica das Forças Armadas.

Mais recentemente, o chefe do Es-

Forças Armadas, é desta que decorre a Lei de Bases. Há, por isso, que levantar as seguintes interrogações:

- Vai a Lei de Bases provocar alterações à LDNFA?

- Se sim, porque não coloca o Governo antes a questão de revisão da LDNFA?

- A partir de que conceito estratégico de defesa nacional e militar vão as FAs ser organizadas?

As respostas a estas questões são peças que faltam no já referido «puzzle» que é o processo reestruturador das FAs.

Grandes opções

O Artigo 3.º, sobre a «Afirmação de Portugal no Mundo», das Grandes Opções do Plano para 1991 despertou uma atenção especial a «O SARGENTO».

Esse artigo refere que «A opção pela afirmação de Portugal no Mundo implica mobilizar o conjunto de instrumentos de acção externa do Estado, a nível diplomático e militar, económico, científico e cultural, por forma a reforçar o papel internacional de Portugal (...)».

«O SARGENTO» está mobilizado para a Afirmação de Portugal no Mundo, mas questiona-se sobre quem se vai afirmar e como se vai afirmar quando lê no referido artigo que «esta acção do Estado exigirá, nomeadamente:

(...)

b) Uma participação activa na adaptação da Aliança Atlântica às novas condições internacionais, por forma a manter e a fortalecer as relações estratégicas da Europa Ocidental com os Estados Unidos da América».

(1) Despacho do V/Alm. SSPA de 29FEV91.
"1-NÃO É POSSIVEL DAR ANDAMENTO A ALTERAÇÕES DE ESCALÃO SEM QUE A LEI EM VIGOR SEJA ALTERADA.
2-NO ENTANTO RECONHECENDO A PERTINENCIA DESTA EXPOSIÇÃO A MESMA VAI SER ENCAMINHADA PARA AS INSTANCIAS SUPERIORES COM O OBJECTIVO DE SER EQUACIONADA A REVISÃO DA LEGISLAÇÃO, DE FORMA A INTRODUIZIR EVENTUAIS ALTERAÇÕES NO REGIME JURÍDICO NO N.S.R. APLICAVEL AOS MILITARES"